

SESC e CEU: duas histórias brasileiras de sucesso rumo a uma sociedade democrática e igualitária

Camila Bellatini

Interessadas em estabelecer na paisagem da cidade pontos de cultura acessíveis a todas as camadas sociais, locais de encontro para a troca, o convívio, a discussão e a disseminação de conhecimento, duas instituições brasileiras se destacam por suas notáveis realizações: o CEU (Centros Educacionais Unificados, originalmente chamados de Conjuntos de Equipamentos Urbanos e Centros de Estruturação Urbana) e o SESC (Serviço Social do Comércio). Apesar das origens distintas, ambas as instituições têm forte caráter de integração social e estabelecem importantes centros de formação e disseminação cultural, abertos a toda a sociedade.

Após um longo período sob regime político ditatorial (1964-1985), a sociedade brasileira ainda atravessa um momento histórico muito importante rumo à verdadeira democracia. A abertura política e o rápido desenvolvimento econômico da década de 1990 agravaram a desigualdade social, simbolizada pela expulsão das camadas menos abastadas para as periferias das cidades. Sem infraestrutura urbana básica – tratamento de esgoto, fornecimento de água e energia elétrica, acesso às redes de transporte coletivo – e equipamentos públicos – escolas, hospitais, parques – esses novos bairros ficam à margem da sociedade e oferecem má qualidade de vida aos seus moradores. Sem acesso aos meios que possibilitam a atuação política, conscientização que se inicia na escola e se perpetua nas atividades de cunho comunitário, essa população é excluída da sociedade produtora de conhecimento.

O crescimento econômico brasileiro dos últimos anos e a expansão do poder aquisitivo da classe média colocaram o país em uma posição de destaque no cenário mundial, em que se criam muitas expectativas e projeções. Apesar de a imagem brasileira ser muito positiva no exterior, sua realidade evidencia uma situação de extrema desigualdade social e concentração das decisões políticas nas mãos de poderosos empresários. Muito do que antes fora atribuição do Estado, como o fornecimento de educação e saúde de qualidade aos cidadãos, encontra-se atualmente nas mãos de instituições privadas, processo iniciado após o final da ditadura com a implantação crescente do modelo econômico neoliberal. A majoritária parcela da população, sem condições de financiar o investimento em formação educacional e tratamento de saúde privados, recebe serviços de má qualidade da rede pública. A disparidade na formação entre o pobre e o rico no Brasil explica seu atual abismo social e sua tendência à perpetuação de uma situação de descaso ao povo. Oferecer dignidade a todos os cidadãos é uma luta atual da sociedade brasileira para o estabelecimento de uma real democracia, na qual todos têm acesso à discussão política e à participação nas decisões do Estado. Os programas a seguir apresentados são de grande importância política e social por estabelecerem centralidades culturais em diversos bairros das cidades em que se encontram, acessíveis a todos, com atividades gratuitas ou a preços muito baixos.

CEU: centros de estruturação urbana

No ano de 2001, com a gestão da prefeita Marta Suplicy e da secretária de educação Maria Aparecida Perez, o Departamento de Edificações (EDIF) da Prefeitura Municipal de São Paulo, conjuntamente com outras secretarias municipais, desenvolveu um programa a ser implantado nas áreas da cidade de São Paulo carentes de equipamentos públicos: os CEUs. Para estruturar a proposta do programa, seus idealizadores – os arquitetos e servidores públicos Alexandre Delijaicov, André Takiya e Wanderley Ariza – se pautaram nas realizações anteriores do educador brasileiro Anísio Teixeira, com seu projeto pedagógico para as “Escolas Classe, Escola Parque” no estado da Bahia.

Os CEUs são praças de equipamentos públicos culturais e sociais, que juntas formam uma constelação de centros gravitacionais na borda da cidade – análogas às Escolas Parque – e que se comunicam com os equipamentos capilares da rede – similares às Escolas Classe. São referências arquitetônicas simbólicas do espaço público, como as praças centrais das pequenas cidades, a Praça da Escola, a Praça da Prefeitura, a Praça da Igreja, onde todos se encontram. Sua função vai muito além de um Centro Educacional Unificado: é um centro produtor de conhecimento. Um dos idealizadores dos CEUs, o arquiteto e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Alexandre Delijaicov, esclarece que “a casa não é só o ambiente fechado entre quatro paredes, como também a escola, o teatro, o parque, a biblioteca... toda a cidade é uma extensão da casa”. E o são, portanto, também os CEUs: “a praça no sentido de ser uma sala de estar na escala da comunidade”.

O conjunto arquitetônico é formado por vários prédios, volumes cheios que contornam o vazio e que dão a ele significado. As partes componentes dos CEUs também apresentam alegorias ao imaginário popular, atribuindo sentido aos usos a elas atrelados e demonstrando a intenção filosófica existente por trás do nome escolhido para cada espaço.

A rede de balneários municipais, que abrigam solários e piscinas públicas, é vinculada à imagem da **praia**. A implantação das piscinas é geralmente paralela a um rio existente na área de implantação – mesmo quando este já se encontra canalizado – como uma forma simbólica de recuperar a identidade do espaço.

Para sombrear a praia, implanta-se um **baobá** em suas proximidades, imagem atribuída à creche. O edifício faz alusão à arquitetura brasileira, ao grande bloco suspenso do chão, e ao imaginário popular, remetendo à casa da árvore, que oferece acolhimento. A cor escolhida, o amarelo, alude à gema do ovo – no início da infância, a criança começa a se desenvolver e a construir seu imaginário – e ao ipê amarelo.

O prédio da biblioteca, ou a casa dos livros, é o **barco** que navega pelo rio da praia urbana. Não apresenta corredor central, enclausurado, e sim varandas de circulação externas ao prédio. Das varandas se avistam as coberturas das casas vizinhas e se estabelece uma relação entre as áreas interna e externa da edificação. Outros usos também são acomodados pelo prédio, como a padaria-escola, o restaurante e o refeitório. As cores empregadas nesse bloco são o laranja e o ocre, que podem ser interpretados como a maturação do amarelo, referindo-se ao desenvolvimento do indivíduo. As áreas de circulação, tanto vertical (escadas) quanto horizontal (corredores), são vermelhas como o sangue que corre pelas veias e artérias dos corpos vivos. Os demais usos abrigados pela edificação são as salas de aula, o programa de inclusão digital e as áreas para exposição e convivência.

O teatro é abrigado pela **caverna**, que, introspectiva, cria cenários em volta do fogo. Tem as proporções e o gabarito utilizados como forma de nortear o caminho. Além de teatro, abriga também o ginásio esportivo e as salas para ensaios musicais.

Para completar a praça de equipamentos, somam-se os dois cilindros azuis das caixas d'água, contrapontos à horizontalidade do conjunto. Os **brinquedos-máquina** e **brinquedos-escultura** têm a intenção de promover interação entre as crianças e suas cores e texturas devem ser adequadas e convidativas. São inspirados nas ideias da arquiteta Lina Bo Bardi, que se preocupava muito com as áreas destinadas às crianças e com o seu imaginário.

A partir desses elementos, que fazem da escola um estruturador urbano, a implantação de cada centro tira partido da topografia e das demais condições geográficas e urbanas encontradas no terreno em que se insere. O projeto padrão foi desenvolvido pela equipe de arquitetos do EDIF/PMSP e a implantação de cada praça nos terrenos escolhidos, por escritórios privados contratados pela prefeitura.

Considerou-se, inicialmente, a construção de três praças de equipamentos públicos em cada subprefeitura da periferia da cidade, priorizando-se nas primeiras fases as regiões mais carentes. O total para as 31 subprefeituras existentes na área selecionada totaliza 93 CEUs. Na primeira etapa, dividida em duas fases, foram construídos 45 conjuntos (21 na primeira fase – finalizados em somente 18 meses, o que foi possível pelo emprego da estrutura pré-fabricada – e 24 na segunda). As localidades deixadas para a segunda etapa eram as mais centrais e menos carentes de equipamentos públicos. Considerou-se que na terceira fase deveriam ser reformados e requalificados os 51 equipamentos já existentes nas áreas de implantação escolhidas, sendo assim facilmente transformados em praças de equipamentos com a adição de novos usos, mas essa etapa não chegou a ser realizada.

O exemplo do modelo de implantação dos CEUs evidencia a importância em se continuar pensando em planos em longo prazo para dotar de infraestrutura áreas marginalizadas e carentes, principalmente em grandes metrópoles desiguais e segregadas como São Paulo. Como o projeto tem um caráter humano muito forte, proporciona o reestabelecimento do convívio entre as pessoas que habitam o mesmo bairro e determina focos de cultura no tecido urbano da cidade.

SESC: cultura, lazer, saúde e discussão

O SESC é uma instituição privada, fundada pelos empresários de comércio e bens em 1946, no Rio de Janeiro, que pretendia originalmente oferecer espaços de lazer para os funcionários do comércio e suas famílias. Desde então,

através de diversas parcerias com órgãos públicos e privados em todo o Brasil, suas unidades têm se espalhado por todos os estados do país e suas atribuições têm aumentado gradualmente. Atualmente, suas mais de 500 unidades fixas e móveis oferecem não apenas opções de lazer para toda a população, como também equipamentos esportivos, culturais, educacionais e de saúde. Suas atividades são acessíveis a todos por serem em boa parte gratuitas ou oferecidas a preços muito baixos. Após a abertura política brasileira, surgem no SESC diversos projetos dedicados ao Teatro, Cinema, Música, Artes Plásticas e Literatura, entendidos como importantes instrumentos de transformação e de preservação das tradições regionais brasileiras.

Um dos princípios do SESC é que cada usuário que participe de uma atividade possa repassar os conhecimentos adquiridos à sua comunidade, tornando-se, assim, um agente multiplicador de informação. Entre os programas oferecidos estão os ligados à saúde e à educação ambiental, ao turismo social, os programas especiais para crianças e pessoas da terceira idade, os projetos de combate à fome e ao desperdício de alimentos e de inclusão digital. Há também um centro de formação continuada aos professores das redes pública e privada de ensino, em que importantes questões atuais da sociedade brasileira são discutidas. A rede tem parcerias com outras instituições públicas e privadas, dentre elas os ministérios da Educação, da Cultura, do Desenvolvimento Social, da Justiça, do Esporte e do Turismo.

A unidade mais emblemática do SESC, que apresenta muitos dos princípios fundadores da instituição, é o SESC Pompeia (originalmente chamado de SESC Fábrica da Pompeia), projetado entre 1977 e 1986 pela arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi em parceria com os arquitetos Marcelo Ferraz e André Vainer. O tempo de projeto se mistura com o tempo de execução da intervenção, pois foi montado um escritório na obra e as intervenções eram amplamente discutidas coletivamente com os técnicos, artistas e operários antes de serem executadas. O projeto foi encomendado pelos então diretores do SESC e deveria ser implantado em um conjunto de edificações que abrigava originalmente uma fábrica de tambores no bairro da Pompeia, em São Paulo. Sua proposta resgata a história do local através de uma intervenção mínima e delicada sobre as construções existentes, que respeita e perpetua os vestígios históricos nelas contidas. Através da abertura de uma rua interna de pedestres, aberta à cidade, e da criação de uma praia sobre um rio que cruzava o lote, resgata também o caráter urbano da área. A primeira etapa do projeto foi inaugurada em 1982, e abrangia o conjunto de edificações existentes. Posteriormente, em 1986, foram inaugurados os volumes em concreto, que continham equipamentos esportivos, como piscina e quadras esportivas.

Em sua obra, Lina reconstrói a sala de estar de uma casa muito grande, capaz de abrigar a todos, todas as gerações, todos os gostos e origens. A sutil presença de uma lareira em meio ao amplo espaço interno da fábrica cria uma situação convidativa, de aconchego e mansidão. O espelho d'água, também interno ao antigo galpão industrial, remete a um rio calmo, ao longo do qual se senta para conversar, descansar, e cujas águas saciam a sede por cultura daqueles que dela bebem. Áreas de leitura dividem o mesmo teto das áreas de convivência, sem divisórias físicas, permeáveis ao olhar e ao caminhar. Compõem o conjunto também o teatro, o restaurante, o bar, os ateliers de arte, a torre da caixa d'água e o volume em concreto do conjunto esportivo, com seus buracos amorfos e venezianas vermelhas, que remetem às aberturas nas cavernas pré-históricas e permitem a ventilação cruzada de ar. Sobre a faixa *non aedificandi* do córrego das Águas Pretas, canalizado, construiu-se a praia urbana numa menção ao potencial original daquela área. As passarelas entre os blocos de concreto possibilitam a vista da cidade e do conjunto da antiga fábrica.

O partido arquitetônico adotado explicita o caráter convidativo da proposta, de abrigo às pessoas que passam por esse espaço e que nele encontram diversas atividades culturais. Evidencia o grande respeito de Lina à cultura local e seu desejo de atender a toda a sociedade com seus projetos, pessoas de todas as idades e todas as classes sociais.

Rumo a uma sociedade igualitária

O ponto de contato de ambos os programas é o forte caráter de integração social por eles propiciado. O cidadão é convidado a refletir, a tomar parte no processo de criação e discussão política, em suma: a fazer parte da vida pública. Atuam na preservação da cultura local através de exposições participativas e educativas, que resgatam a história da comunidade em que se inserem e perpetuam suas tradições. Oferecem atividades de formação ao cidadão, muitas delas gratuitas ou oferecidas a preços simbólicos, no caso dos SESCs, e infraestruturas de lazer, educação, esporte e cultura. Enquanto o SESC apresenta abrangência nacional, o CEU é um ótimo exemplo originado na cidade de São Paulo e que poderia servir de parâmetro para tantas outras cidades brasileiras, especialmente para dotar de equipamentos regiões carentes e marginalizadas. São exemplos de como é possível iniciar a reconstrução da esfera pública brasileira, inserida em uma sociedade democrática e igualitária.

Bibliografia:

- ANELLI, Renato L. S.. *Centros Educacionais Unificados: arquitetura e educação em São Paulo*. Arqtextos, nº 64.01, São Paulo, Portal Vitruvius, dez. 2004.
- DELIJAICOV, Alexandre. *Arquitetura do lugar*. PISEAGRAMA: Recreio, n.3, ano 01, julho 2011
- DELIJAICOV, Alexandre, ROSA, Marcos L.. *Stadtarchitektur – Die CEU – Centros Educacionais Unificados (Gesamtbildungszentren)*. Stadtarchitektur São Paulo, Ausblick auf ein soziales Raumkonzept. Revista Arch+ nº 190. Berlim. Dez. 2008.
- DUARTE, Hélio de Queiroz; TAKIYA, André (orgs.). *Escolas-classe, escola-parque: uma experiência educacional*. 2. ed. São Paulo. FAUUSP, 2009.
- FERRAZ, Marcelo. *Numa velha fábrica de tambores. SESC-Pompéia comemora 25 anos*. Arqtextos - Portal Vitruvius. São Paulo. 8. April 2008.
- Instituto Lina Bo e P. M. Bardi. *Lina Bo Bardi*. 3ª Edição. Imprensa Oficial. São Paulo, 2008.
- MEYER, Regina M. P., GROSTEIN, Marta D., BIDERMAN, Ciro. São Paulo Metrópole. EDUSP, Imprensa Oficial. São Paulo. 2004.
- PEREZ, Maria A.. *Inclusão social através da educação. Um estudo do programa “Centro Educacional Edificado” na cidade de São Paulo*. Dissertação de doutorado. Erziehungswissenschaft – Psychologie. Universität Siegen. Dez. 2010.
- ROLNIK, Raquel. *Política urbana no Brasil. Esperança em meio ao caos?*. Revista da ANTP. São Paulo, 2003.
- ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha - Limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. R. B. Estudos Urbanos e Regionais. V. 11 , N. 2. Novembro, 2009.
- Site do SESC, www.sesc.com.br
- TAKIYA, André. *EDIF: 60 anos de arquitetura pública*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.